

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Da Sra. FLÁVIA MORAIS)

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que as entidades filantrópicas e entidades beneficentes sem finalidade lucrativa tenham acesso ao benefício da justiça gratuita.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 98-A.:

*Art. 98-A. As entidades filantrópicas e entidades beneficentes sem finalidade lucrativa certificadas nos termos da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, gozam do direito ao benefício da justiça gratuita.*

*Parágrafo único. Fica também assegurado o direito à gratuidade da justiça, às entidades privadas sem fins lucrativos que preencherem os requisitos do art. 2º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.*

Art. 2º O *caput* do art. 790-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos III e IV:

*“Art. 790-A .....*

*III - as entidades filantrópicas e entidades beneficentes sem finalidade lucrativa certificadas nos termos da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.*



*IV - As entidades privadas sem fins lucrativos que preencherem os requisitos do art. 2º, inciso I, alínea "a", da lei 13.019, de 31 de julho de 2014.*

.....  
.....(NR)."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Busca o presente projeto de lei alterar a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1933 – Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que as entidades filantrópicas e entidades beneficentes sem finalidade lucrativa tenham direito ao benefício da justiça gratuita.

Tal iniciativa tem como respaldo o inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e o art. 2º, inciso I, inciso "a", da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Essas entidades sem fins lucrativos prestam importantes serviços gratuitos, levando assistência às pessoas mais vulneráveis da sociedade.

Então, como tais instituições têm o papel de garantir a milhões de pessoas o acesso à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, entre outros, possuem relevante interesse social, motivo pelo qual devem poder usufruir do benefício da justiça gratuita.

Por essas razões é que apresentamos a presente proposição, contando com o apoio de nossos pares para a sua aprovação definitiva.



Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

Deputada FLÁVIA MORAIS

2024-9844



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242204756200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes

